

homem em geral, universal; do mesmo modo, negava ser ele escritor alheio à vida social brasileira, como queria ainda a crítica conservadora ou tradicional. Ao desvelar a situação social do narrador-personagem e seu comportamento típico de grande proprietário brasileiro, Schwarz pode chegar à conclusão de que esta construção literária resultava da mimese – certamente ativa – de um aspecto profundo da lógica social brasileira: nada mais, nada menos, do que a efetiva posição social ocupada pela classe dominante do país, que desfrutava de modo extraordinário de enorme margem de manobra sobre a sociedade brasileira; conclusão, como se pode notar, em tudo análoga à dos estudos levados a cabo no referido seminário de Marx – além de ser um resultado propriamente literário decorrente da aplicação do conceito de forma elaborado por Candido, como já ressaltado acima.

A caracterização crítica do narrador do referido romance – acima esboçada – capaz de desvelar sua condição de classe torna agora compreensível a afirmação feita acima, que se refere à ocorrência de inversão espetacular no ponto de vista da ótica narrativa, que passaria a expressar a visão do grande proprietário pertencente à classe dominante brasileira, em contraposição ao ponto de vista dos humildes assumido nos romances da primeira fase da produção literária machadiana. Nas palavras de Roberto Schwarz:

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* Machado de Assis faz uma coisa incrível: por estratagemata adota o ponto de vista do inimigo, apropria-se dele, transforma em procedimento narrativo de todos os instantes a conduta de classe arbitrária e irresponsável daquele mesmo tipo social que nos livros anteriores lhe causava horror e que ele havia criticado. O que era assunto vira forma [...] Machado trocava a perspectiva social de baixo pela de cima, e adotava, dentro de um espírito de exposição sarcástica, o ponto de vista e a primeira pessoa do singular dos proprietários (Schwarz, 1999e: 223).

Esta forma literária, porém, não teria sido possível sem o recurso às novas técnicas literárias, as quais certamente não se encontravam disponíveis na literatura brasileira. Machado as encontrou no *Tristan Shandy* do autor inglês Laurence Sterne; é dessa obra que procede a veia satírica de longo alcance das *Memórias Póstumas*. Desse modo, a nova forma literária inventada pelo escritor teria tanto um fundamento local – sua virada ideológica, acima identificada – quanto um fundamento externo, isto é, a assimilação das técnicas literárias de caráter satírico do livro de Sterne.

VI

Um mestre na periferia do capitalismo é obra de análise literária sem, contudo, deixar de apresentar dimensão crítica mais ampla ao se referir – ainda que indireta ou alusivamente – ao tipo de progresso esboçado no país após o golpe civil-militar verificado em 1964; de fato, refere-se aos rumos que a modernização brasileira tomou após a interrupção brusca e arbitrária do processo nacional-desenvolvimentista, rumo este orientado por visão conservadora capaz de promover a industrialização sem que esta beneficiasse o conjunto da sociedade: em vez disso, provocaria a intensificação espetacular da exclusão social de modo a instaurar no país gigantesca diferenciação entre os ritmos do progresso econômico e do progresso social – diferenciação que caracterizaria a configuração do “subcapitalismo” aqui instaurado, conforme o conceito originário de uma das obras de Fernando Henrique Cardoso publicada na época do mencionado seminário sobre Marx. Aliás, Schwarz assume no referido livro várias das concepções sociológicas elaboradas no seminário; uma delas seria a interpretação de que o golpe de 1964 seria resultado histórico do modo de inserção do país no mercado mundial – na divisão internacional do trabalho – o qual requereria, por sua vez, a reposição permanente das anomalias e idiosincrasias da estrutura social brasileira: assim considerado, o golpe se inscreveria na lógica global do capital. No ensaio “Agregados antigos e modernos” (2012d), retomando o assunto, afirma ter o embaixador americano Lincon Gordon reconhecido que o golpe de 64 teria sido momento decisivo da Guerra Fria, fato que, na visão de um brasilianista, teria ocasionado a acentuada guinada à direita do país, a qual prenunciaria a era pós-moderna, cujas marcas mais notáveis seriam a promoção tanto de radical despolitização da vida social quanto do processo de administração da pobreza.

Além desse aspecto notável, a obra de Schwarz tece a figura de Machado de Assis como crítico acirrado da atualidade (final do século XIX) por colocar em cena personagens cosmopolitas afinados com a cultura da hora histórica mundial, mas vivendo em sociedade fundada na exploração da mão de obra escrava, a qual lhes sustentava a posição social privilegiada. Nesse sentido, a obra do escritor teria ainda radicalizado a crítica ao revelar a contrapelo como a norma burguesa convive bem com a barbárie – com a escravidão local – embora parecesse a condenar. No entanto, destaca não ter sido esta a recepção predominante da obra de Machado de Assis no país: embora em geral considerado como escritor notável, ele não era

visto como importante no cenário interno, em que teria pouca influência e público leitor restrito. Nessa perspectiva, Schwarz realça como os autores modernistas não gostavam dele, já que o achavam “muito corrosivo, muito cético”, e isso não seria condizente com o otimismo modernista, que sonhava com um país moderno – seja por obra da classe dominante, que solucionaria os problemas do país, como concebia Mário de Andrade, seja por ansiar por postura deglutidora dos valores ocidentais, como preconizava Oswald de Andrade (Schwarz, 1999d: 234)) A data responsável pela mudança na recepção do escritor seria a do golpe de 1964, já que até então a imagem da burguesia era mais ou menos positiva, inclusive graças à visão política sustentada pelo Partido Comunista, que afiançava desejar essa classe conduzir o país para a modernidade industrial, de modo a preconizar uma aliança com ela. No plano cultural, semelhante visão implicaria em valorizar a obra nacionalista de José de Alencar contra Machado, fato que suscitou a ocasião para a eclosão de debate destinado a identificar qual deles seria o maior escritor brasileiro – debate assumido pela esquerda, diga-se de passagem, que tendia até então em valorizar Alencar em detrimento de Machado, como foi o caso de Glauber Rocha, conforme assinala ainda o crítico (Schwarz, 1999d : 235). O golpe de 64, porém, com seu cortejo de horrores, mudaria a visão pública da imagem da burguesia, que passaria a ser vista de modo muito negativo; ora, essa imagem já estaria esboçada na obra machadiana ao concebê-la como “crápula” ou com outros qualificativos do gênero. Após o golpe, Machado despontaria como o escritor acurado, como o crítico agudo do processo social brasileiro. Desse modo, – sustenta ainda Schwarz – o golpe de 1964 encerraria a fase esperançosa referente ao papel histórico da burguesia, ao mesmo tempo em que inauguraria um período cético quanto ao significado histórico de seu papel positivo na modernização do país.

No ensaio “A nota específica” (1999f) Schwarz retoma, para outros fins, uma das principais teses de natureza sociológica de sua obra decorrente da influência dos estudos do seminário: em sua formação histórica, ao não abolir a economia de base escravista ao se tornar independente, o país não apenas reproduzia suas anomalias como passou a depender cada vez mais delas a fim de se inserir na divisão internacional do trabalho; contudo, essas mesmas anomalias seriam requeridas pelo movimento global do capital: uma exigência do capitalismo, fato que, por sua vez, incidiria na exigência de manutenção dos privilégios da classe dominante local, e, conseqüentemente, na permanência da natureza acentuadamente desigual da estrutura social brasileira. Como se pode observar, o argumento constitui um dos

momentos agudos do desenvolvimento do pensamento dialético no Brasil, do qual Schwarz se tornaria um dos principais representantes. A retomada do argumento no referido ensaio se destina a extrair consequências dessa condição do país para a vida literária; no caso, de elaborar critério não arbitrário apto a julgar adequadamente o valor das obras literárias. Nessa perspectiva, sustenta o crítico, as obras importantes ou de valor da literatura ou mesmo da cultura brasileira seriam as que, de um modo ou de outro, deram forma ao problema apontado – ou seja, seriam as capazes de fornecer determinada elaboração das anomalias brasileiras, captando assim a especificidade do país. Em suas palavras: “é a sondagem da experiência específica” [...] a fonte de valor de seus trabalhos” (1999f: 154).

Em vários ensaios posteriores Roberto Schwarz extrai consequências ou perspectivas para a crítica literária brasileira. Em um dos itens do ensaio “Conversa sobre duas meninas” (1999d) intitulado “Um programa para a crítica literária”, seguindo uma tradição inaugurada por Antonio Candido em “Dialética da malandragem”, ele chama a atenção para a necessidade de a crítica literária efetuar análises das relações sociais no interior das obras, até agora tarefa dificultada pelo fato de a sociologia não ter ainda mapeado devidamente semelhantes relações. Para tanto, argumenta que o país apresentaria determinada peculiaridade originária da época colonial – o fato de ter sido colônia com mão de obra escrava – que configuraria aqui um sistema de relações específico, aliás, ainda não esclarecido devidamente pela sociologia. A exploração crítica de tais relações poderia revelar terem elas, transpostas para o interior das obras, “uma potência e estruturante” do ponto de vista estético. No entanto, talvez seja também possível encontrar nessa recomendação um resquício da influência de Adorno, visto estarem as relações sociais inscritas no material herdado socialmente pelo escritor – nele sedimentado, visto ser sua origem sempre social – assim como a linguagem, as técnicas literárias, etc. Schwarz defende semelhante necessidade também por outra razão: a fim de elevar o patamar da crítica literária praticada pela esquerda no país, visto esta – segundo sua ótica – não ter produzido resultados notáveis, apesar de assumir o ponto de vista dos excluídos. Enfim, conclui ser um ganho para a crítica literária a pesquisa sobre as relações sociais configuradas na obra por permitir esclarecer aspecto até hoje não pesquisado no país, qual seja, a posição social da prosa romanesca.

Nesse mesmo movimento crítico e programático, Schwarz também retoma o ataque – constante em sua obra – à lógica cultural imperante em país subdesenvolvido, cuja vida cultural seria permanentemente assolada pela moda intelectual

proveniente dos países culturalmente hegemônicos no cenário mundial, fato que em geral interrompe a reflexão – armada com grande dificuldade – decorrente da acuidade das concepções até então vigentes no país, porém sem que estas fossem desqualificadas pelo esgotamento da capacidade explicativa – sem que fossem “refutadas pela realidade”, para usar as palavras do crítico. Deste modo, a referida lógica cultural impede, a cada nova teoria que chega ao país, a continuação das reflexões anteriores, ao mesmo tempo em que desarma os problemas penosamente equacionados. Nesta direção, crítica a concepção literária acostuada a reconhecer como obras de valor apenas as que trabalham ostensivamente com a linguagem por negar o vínculo entre obra e realidade social, estendendo a crítica à vertente capaz de sustentar serem as relações sociais linguagem; em contrapartida, concebe ser a própria linguagem uma relação social. Crítica também, como exemplo da natureza pouco produtiva dos conceitos das teorias literárias ou sociais elaboradas em função de contextos sociais diversos, a obra de Wayne Booth *A retórica da ficção*, que desenvolve a teoria do narrador não confiável (1999d: 233). Segundo Schwarz, semelhante concepção ajuda a entender parcialmente o narrador de Dom Casmurro, por exemplo, mas ao mesmo tempo capta apenas o que é evidente na obra, obscurecendo assim o aspecto fundamental, ou seja, o enraizamento social do narrador em uma determinada configuração social, em determinado conjunto de relações sociais. Em contrapartida, defende postura capaz de verificar a verdade ou não dos conceitos e teorias submetendo-os à verificação histórica – que consiste em confrontá-los com a experiência social brasileira, portanto.

Nos itens finais de “Conversa sobre Duas meninas” (1999d) respectivamente intitulados “Forma objetiva em Duas meninas” e “Comparação com Dom Casmurro”, expõe as razões que o levaram a se interessar por livro ausente do cânone literário nacional, sendo dele quase desconhecido, como seria o caso de *Duas meninas* de Helena Morley (1880-1970), publicado apenas em 1942. Por um lado, valoriza no livro a presença de certa concepção de progresso social e humano, o qual se desenvolveria em momentos de estagnação do progresso econômico, fato responsável por possibilitar a menor presença do dinheiro nas relações sociais, que floresceriam mesmo assim, ou justamente por sua menor importância. Por outro lado, identifica na obra o que denomina de “forma objetiva”, noção corrente – segundo o crítico – “na tradição hegeliano-marxista”; no entanto, nesse caso, também referida à noção de forma elaborada por Antonio Candido, acima examinada (item IV). Semelhante noção indicaria a origem social da forma estética; melhor dizendo,

apontaria ser esta resultante do trabalho imaginativo do escritor sobre determinada forma preexistente, dada pela lógica da realidade social, como já foi acima detalhado. Ela se oporia ao pressuposto básico da teoria literária dominante nos meios acadêmicos nacionais, a qual concebe ser a realidade social desordenada e caótica, informe – concepção que, no final das contas, apresentaria traço fortemente ideológico por glorificar implicitamente a atividade criativa do produtor cultural, dignificado como “artista”, já que imporia à realidade caótica determinada forma – glorificação apta a criar a ocasião para também celebrar os conceitos de “obra prima” e de “gênio”, tão caros à estética tradicional denunciada por Walter Benjamin, que realça serem semelhantes conceitos apropriáveis pelo fascismo. Para insistir ainda nessa questão: reconhecendo exatamente o oposto, ou seja, a de que “o processo objetivo é ele mesmo formado”, a noção de “forma objetiva” contempla determinada relação entre a obra e a realidade social, ou, nos termos do autor, entre a forma estética e o processo social; relação esta que requer tanto a forma socialmente preexistente quanto a atividade imaginativa do escritor, visto este mimetizar ativamente a ordenação da realidade de modo a criar universo próprio regido pela mesma lógica que vigoraria na realidade extra-estética.

Duas meninas não é um romance, mas um diário sem aparente elaboração literária, aspecto que impediria seu reconhecimento como obra de valor estético por parte da teoria literária tradicional. De fato, não ostenta o brilho de forma polida ou meticulosamente trabalhada; em contrapartida, segundo Schwarz, apresentaria “esplêndida arquitetura dentro de uma absoluta modéstia” (1999d: 237). Em outros termos: sua arquitetura se mostraria na relação não intencional, não deliberada, entre as matérias narradas ou entre os comentários e anedotas, que teriam “organização notável” e “relações profundas”. Nessa perspectiva, a obra exigiria ser lida como se fosse grande romance: exigiria do leitor a mesma leitura ativa requerida pela literatura contemporânea, ou seja, capaz de desvendar “nexos estruturais da matéria, que são também formas que não foram trazidas à superfície, não elaboradas e, sobretudo, não glosadas” (1999d : 237) ; leitura que, por sua vez, seria afeita a obras “que buscam o inconformismo” – traço que muito provavelmente remete à presença da concepção adorniana de forma literária ou mesmo da noção de obra autônoma. Enfim, a leitura que Schwarz faz de *Duas meninas* exploraria o detalhe e o movimento da prosa de maneira alusiva ao presente, leitura esta certamente informada pela tradição frankfurtiana. Em defesa do livro, sobretudo da superioridade do modelo de crítica literária proposta originalmente por Antonio

Candido, conclui ser este “o ângulo que interessa a quem tem a convicção de que a elaboração artística de fato tem relevância” (1999d: 236)

O ensaio acima mencionado é concluído com comparação entre Dom Casmurro – obra considerada pelo crítico como provavelmente o melhor romance brasileiro – e *Dois meninas* de Helena Morley; comparação que serve tanto para destacar a acuidade e abrangência do tipo de crítica sustentada pela noção de “forma objetiva” (como já salientado), quanto para destacar terem as referidas obras literárias importância maior devido ao tratamento conferido “ao sistema de relações sociais, pontos de vista, registros de dicção, etc., que foi engendrado pela história do país” (1999d: 238); ou, em termos adornianos: pela presença concentrada de diversos aspectos da história social em seu material. Explicando melhor: forma objetiva remeteria assim ao que Schwarz denomina de “matéria brasileira” – a qual constituiria a “forma preexistente” que possibilitaria o trabalho formal e mimético (entendido de modo ativo) do escritor.

Quais as implicações e alcances de semelhante concepção? Em primeiro lugar, esta poderia alentar vasto programa de estudos, pois em tese poderia ser aplicada a quase todas as obras da literatura brasileira; programa apto a esclarecer não apenas as obras que contam verdadeiramente, mas também resultar em ganhos cognitivos tanto sobre o processo literário quanto sobre o processo social brasileiro ou, ainda, sobre aspectos singulares do país. Em segundo lugar – mas não menos importante – este tipo de análise implica também, como ficou claro desde os estudos ocorridos durante o Seminário de Marx, a necessidade metodológica de relacionar ou interpretar constantemente a situação particular do país com a dinâmica do capitalismo internacional, já que deste o Brasil faz parte e nele está inserido, para o bem ou para o mal. Nesta confrontação, não apenas se lança luz nova sobre o país, mas também se esclarece novos aspectos do funcionamento do capitalismo, globalmente considerado. Se a periferia é resultado do movimento global deste, o esclarecimento da periferia também produz novo entendimento sobre sua natureza ou dinâmica – e isto não é certamente pouco, ao contrário. Nesse sentido, a concepção teórica desenvolvida por Roberto Schwarz não se restringe a elaboração de (mais) uma teoria literária ou a anotações sobre o processo da vida cultural brasileira; ao contrário, tomando estes aspectos como matéria que pede interpretação e mobilizando para tal fim agudo material teórico de diversas procedências, elabora radical concepção teórica e crítica – que de fato contribui para o avanço e a atualização da teoria crítica da sociedade.

VII

A teoria crítica de Roberto Schwarz comporta ainda, como já deve ter ficado claro, dimensão propriamente sociológica voltada à interpretação do nexos entre a peculiaridade da sociedade brasileira e o movimento do capitalismo, considerado como um todo; dimensão esta informada por refinada análise dialética e desenvolvida em várias de suas obras, como é o caso do ensaio “Fim de século” (1999h) ou de “Agregados antigos e modernos” (2012d), entre outros. No primeiro – que teria inspirado a pesquisa de Francisco de Oliveira sobre os rumos do Brasil contemporâneo explicitada no livro *O Ornitórrinco* (2003) – Schwarz retoma um aspecto da reflexão crítica que atravessa sua obra, qual seja, a referida sobre o período compreendido entre o início da década de 1950 e 1964 – período marcado pela configuração de um projeto original de desenvolvimento do país, conhecido como nacional-desenvolvimentismo. Segundo o crítico, semelhante projeto teria almejado promover a transformação do Brasil mediante a consolidação de acentuado programa de industrialização, o qual deveria alterar a inserção tradicional do país no cenário internacional: a nova inserção colocaria o Brasil em patamar análogo ao do desfrutado pelos países então industrializados, vulgarmente chamados de “desenvolvidos”. Com a industrialização, almejava-se construir nação moderna e integrada, com classe operária similar a dos já industrializados, com direitos e cidadania plena, além de acesso aos bens de consumo modernos e, o que seria decisivo, com capacidade de escolher alternativas futuras, entre outras conquistas. O nacional-desenvolvimentismo também teria impulsionado de modo espetacular a produção cultural da época, dotando-a de extrema vitalidade e poder crítico; melhor dizendo, teria reorganizado o espaço do imaginário e do pensamento crítico e estimulado a elaboração de projeto cultural nacional coletivo capaz de assumir a perspectiva dos oprimidos, de ser nacionalmente válido e de aspirar a criação de uma cultura moderna “equiparada aos dos países ditos civilizados”. Nesse movimento em que o país se “desapequenava intelectual e culturalmente” ganharam fôlego as produções de obras como as de Glauber Rocha, além do próprio cinema-novo, a produção musical local, o teatro de Arena e o Oficina – ambos na cidade de São Paulo – além da Teoria da Dependência e da obra de Celso Furtado, que conheceram então grande prestígio internacional.

O golpe civil-militar imposto ao país em 1964 viria a interromper bruscamente a vigência de semelhante projeto desenvolvimentista; interrupção que, entre outros vários impactos negativos, ocasionou no terreno cultural enorme perda de dinamismo e de vitalidade, além de impor acentuado processo de “dessolidarização social”, cujo resultado mais ou menos imediato foi a perda da capacidade de a cultura se referir à nação ou de assumir a perspectiva dos excluídos ou oprimidos. Obviamente, algumas obras ainda puderam – ou podem – manifestar o referido ponto de vista, mas estas serão ocasionais e inseridas no mercado, oferecidas ao rosto anônimo do consumidor cultural entre tantas outras de diferentes tipos. Nesse sentido, elas também perderiam seu ímpeto mobilizador e tampouco expressariam o movimento efetivo da sociedade, embora possam ser significativas. Entretanto, convém realçar que o engajamento artístico e intelectual desenvolvimentista gerou, apesar das ilusões, resultados significativos no processo cultural: por exemplo, o processo cultural integrado ocorrido entre 1960 e 1968, que conheceu grande efervescência ideológica e agitação política, teria também resultado de “novas alianças e simpatias de classe”, as quais “operavam transfusões de experiência social, além de combinações novas de forma e conteúdo” (Schwarz, 1999i: 174). Em outras palavras: para o crítico, boa parte da qualidade da produção cultural da época foi devida a “rompimentos de barreiras de classes” (idem: 174).

O fim do nacional-desenvolvimentismo, além de impactar negativamente na vida cultural, iniciou também um processo de desagregação social que se tornaria mais acentuado após o encerramento definitivo do projeto nacional-desenvolvimentista verificado na década de 1970, já que este havia sido retomado – embora apropriado e adequado à ideologia conservadora – por uma ala dos militares golpistas. Semelhante fim teria sido determinado pelas mudanças verificadas então no cenário internacional – conforme apontado por Robert Kurz (1991) – que teria envolvido no “colapso da modernização” a economia dos países de industrialização retardatária, que, na condição de “países pós-catastróficos”, não teriam mais condições de dar continuidade ao processo de industrialização por falta de dinheiro, de acumulação, no momento mesmo em que a tecnologia passava a ter no cenário da divisão internacional do trabalho papel enormemente preponderante. Nesse processo de desagregação geral⁵ chegam ao fim as ilusões mobilizadas pelo nacio-

⁵ Interessante observar que em 1976 é publicado o romance *Quatro-Olhos*, de Renato Pompeu, obra que pode ser lida em dois níveis: no primeiro, narra-se a dilaceração do narrador, que quer recuperar a identidade perdida e o que ele próprio outrora foi; no segundo, trata-se da própria dilace-

nal-desenvolvimentismo, dando lugar à consciência de que ele nem acarretou efetivo desenvolvimento real nem foi puramente nacional. Que o diga a população originalmente agrária subitamente arrancada da vida agrícola para compor a nova classe operária nas cidades que, de repente, se viu lançada no meio de um turbilhão caótico e desagregador sem perspectivas, sem emprego, sem salário, constituindo a nova massa de “sujeitos monetários sem dinheiro” – conforme a expressão cunhada por Robert Kurz e assumida por Schwarz – disponível para toda sorte de criminalidade ou de manipulação e fanatismos, como se verificou a partir de 2018.

A esse cenário iniciado com o fim do nacional desenvolvimentismo Roberto Schwarz chama de período essencialmente moderno, novo, cuja dinâmica seria dada pela desintegração nacional, que, no entanto, não é apenas questão brasileira ou nacional, pois atinge igualmente os países chamados originalmente por Robert Kurz de “pós-catastróficos”. O raciocínio de Schwarz é aqui altamente dialético e devastador: ele concebe ser esta desintegração parte de nova lógica global, que, no entanto, seria – nos países periféricos – o reverso da lógica global do capital, a qual, por sua vez, seria cada vez mais unificada. Para dizer de outro modo e para realçar a argúcia do raciocínio – ou diagnóstico: a lógica unificada do capital no plano internacional, que comanda a modernização global, é examinada no modo-padrão com que atinge os países pós-catastróficos; estes passariam a experimentar irrefreável processo de desintegração conhecendo, como resultado, inserção internacional instável. Como se pode notar, a análise continua sendo sofisticadamente dialética ao interpretar o país em relação ao cenário internacional e, no mesmo movimento, configurar como este determina alternativas ou fechamentos para o país em questão. Schwarz chama a esse novo período marcado pela desintegração de “fim de século”.

Nessa perspectiva, quais seriam os prognósticos possíveis para a sociedade brasileira, agora marcada pelo predomínio de semelhante lógica? Para Schwarz, o risco maior será o de repetir, em escala gigantesca, o massacre – ou genocídio? – verificado no país por ocasião da abolição (1888), quando a classe dominante abandonou à própria sorte os negros sem criar mecanismo algum que objetivasse sua integração à sociedade ou que pudesse amenizar o infortúnio dos ex-escravos. De modo análogo, os ex-futuros operários, transformados em “sujeitos monetários sem di-

ração experimentada pelo país após o truncamento do processo nacional-desenvolvimentista e a impossibilidade – apesar das tentativas infrutíferas – da recuperação do que foi: modo de aludir ao processo revolucionário então bloqueado.

nheiro” formariam hoje a massa de empobrecidos, que nem mesmo tem a perspectiva do emprego “até como mão de obra gratuita”. Diante de semelhante cenário, ou melhor, diante de tal resultado histórico, cabe perguntar – como faz o autor: tivemos desenvolvimento? A modernização global nos empurra para que fatia da modernização? Esta mesma, a da desintegração? A condição mesma de país pós-catastrófico sem perspectivas? Nesse cenário, o que ocorrerá com a vida e a produção cultural? Resta um simulacro de cultura nacional apta a alardear para o mercado global de bens simbólicos uma presumida identidade nacional a fim de permitir nele a inserção da produção cultural do país?

Para encerrar esse tópico, convém lembrar quais obras – na perspectiva de Schwarz – souberam, em sua estrutura formal, responder à nova lógica da desintegração social que opera em larga escala. Para o crítico, mereceriam destaque algumas delas: no romance, Paulo Lins com *Cidade de Deus* (1997), que teria o mérito de captar a transformação profunda da sociedade a partir do universo de uma favela, que não mais teria a vida interna regida por lógicas de solidariedade ou outros meios tradicionais, mas por processo novo marcado pela criminalidade, pelo narcotráfico e por inusitado grau de violência, a ponto de ser possível afirmar que o referido romance capta a transformação da favela em pós-favela. Confere também enorme importância a *Estorvo* de Chico Buarque (1991), romance em que o narrador-personagem, cuja origem social não sabemos bem, empreende uma fuga contínua (do que? para onde?) que aos poucos o conduz à radical marginalidade e completo desamparo social. Nesse itinerário, ele adquire aspecto repulsivo, com roupas rasgadas e sujas, a pele ferida e encardida, os cabelos em completo desalinho – embora pareça não se dar conta disso. Por essa razão, ao se dirigir na rua a presumível conhecido, recebe uma facada. Mesmo ferido, sobe em um ônibus pensando onde poderia se refugiar, embora não tivesse concretamente nenhum lugar especial ou seguro em que pudesse fazer isso. A substância forte do romance de Chico seria assim a metáfora precisa da situação do Brasil: sujo, repulsivo, a caminho da marginalidade e da miséria, sem perspectiva alguma. Como comprovação, bastaria notar que tudo e todos os ambientes sociais parecem regido pela mesma lógica da degradação e da perda de consistência, o que leva Roberto a fazer um resumo histórico sobre o assunto dizendo: “depois dos tempos em que a pobreza ignorante seria educada pela elite, e de outros tempos em que os malfeitores dos ricos seriam sanados pela pureza popular, chegamos agora a um atoleiro de que ninguém quer sair e no qual todos se dão mal” (1999g: 180). No cinema, teria enorme importância o

filme de Sérgio Bianchi “Cronicamente inviável” (2000), que, segundo Schwarz, em vez de narrar ou configurar aspectos de luta de classes, foca a realidade social degradada, na qual os dois polos da cena social – a burguesia e os trabalhadores – haviam “virado lumpem” e se “mereciam mutuamente”: a burguesia descontente, insegura, invejosa, querendo morar fora do país; os trabalhadores desarticulados e sem emprego, rendidos pelo imaginário burguês. A visão seria inédita no Brasil por romper com imagens sociais solidificadas, já que até então se confiava socialmente tanto na pureza popular quanto na missão tutelar da burguesia, enfatiza ainda Schwarz no ensaio “Agregados antigos e modernos” (2012e: 180/181).

PARA (NÃO) CONCLUIR

Para encerrar provisoriamente essa apresentação – que, por sua natureza, dispensaria a conclusão – convém destacar a importância da teoria crítica elaborada por Roberto Schwarz, ainda que correndo o risco de alguma redundância. No plano interno, sua concepção assimila – desenvolvendo de modo criativo e original – as principais linhas de força da produção intelectual brasileira posteriores a 1950 (Cf. itens II e III) de modo a contribuir exponencialmente com a formação de um tipo de pensamento crítico radical no país, hoje quase em extinção; ao mesmo tempo introduziu pioneiramente a obra de Adorno e de Walter Benjamin na vida intelectual brasileira, fato que favoreceu enormemente o estabelecimento local de uma tradição de estudos dialéticos. Elaborou também ensaios de alta densidade dialética que muito contribuíram para desprovincianizar o pensamento crítico local elevando-o a patamar superior: aliás, seguramente Schwarz é um dos mais eminentes representantes contemporâneos tanto no Brasil quanto no exterior desta sorte de análise. Sua recepção da obra adorniana não resultou – conforme já assinalado – de mero capricho pessoal ou do “acaso da atualização bibliográfica”: ela ocorreu porque, para ele, a concepção dialética do filósofo alemão de alguma maneira ajudava a responder ou a iluminar – devido a certas “afinidades eletivas” – as questões ou os vários aspectos suscitados pelo projeto nacional-desenvolvimentista, a cujas aspirações e perspectivas a obra de Schwarz repercutiu em larga medida. Esta iluminação, contudo, não brotou da mera aplicação das concepções adornianas à experiência social brasileira visto que, com frequência, a experiência da especificidade local mostrou os limites dos conceitos elaborados pelo filósofo alemão, exigindo interpretações novas ou originais.

Sua análise da obra de Machado de Assis não tem similar no país: mobilizando um pensamento dialético original, cunhado tanto pela assimilação crítica da revisão da dialética verificada em todo os lugares após 1950 – incluindo a praticada no âmbito do Seminário de Marx ou na obra de Candido sobre a formação da literatura brasileira – quanto pela adesão refletida ao universo da dialética negativa delineada por Adorno, situa a obra de Machado de modo inusitado – plantada no terreno das desigualdades internacionais, para dizer com precisão. Para situar melhor o significado dessa empreitada: por meio da mobilização de visão dialética que busca juntar o que a realidade teima em separar – procedimento original de longo alcance – Schwarz confronta incessantemente a cena nacional – suscitada pelo romance brasileiro – com a internacional. Semelhante confronto destaca a especificidade do país, a qual desponta como implicando determinado conjunto de anomalias – vistas do ângulo dos países hegemônicos – originárias, por assim dizer, da refuncionalização moderna, propriamente pós-colonial, da herança colonial; especificidade que nada tem de exótica ou arcaica, já que determinada pelo movimento presente do capital globalmente encarado.

A visão dialética, nesse caso, ilumina tanto as forças internas de sustentação da cena local – configuradas de modo a reproduzir os privilégios ou prerrogativas desfrutadas pelos proprietários – quanto as referentes ao plano externo, já que estas, por necessidade da lógica internacional do capital, exigia o apoio da condição dos proprietários locais. Consequentemente, em semelhante análise – propriamente dialética, como se vê – o proprietário brasileiro – quem diria – desponta como “sócio do condomínio pós-colonial”: desponta também como participante ativo do vasto sistema de dominação internacionalmente engendrado pela lógica do capital ou, se se quiser, pelo imperialismo. Visão com amplas consequências, além de esclarecer a articulação detalhada entre os países metropolitanos e as ex-colônias, ou, em termos atuais, entre os periféricos e os hegemônicos. A análise, assim configurada, tanto esclarece a condição do país periférico – fazendo ver suas diferenças em relação ao padrão dito civilizado, europeu, relacionado com as antigas metrópoles – quanto ilumina também a condição destes, que despontam então de modo questionável, já que participantes ativos do mecanismo gerador da condição objetiva das ex-colônias. Nesse sentido, o referido confronto tanto estabelece a crítica radical do país periférico (ou ex-colônia) quanto a crítica dos países ditos civilizados, que aparecem então por meio de ótica desabonadora: nessa perspectiva, também os valores e noções provenientes dessa sorte de país aparecem então como contra-

ditórias, como não cumprindo o que alardeiam – caso da ideia de progresso ou mesmo de desenvolvimento, entre tantas outras. A análise efetuada por Schwarz desemboca pois em uma teoria crítica do capitalismo como um todo: uma teoria crítica em ação, portanto. Sua capacidade explicativa é ampla, de contundente atualidade.

Além disso, mas não menos importante, é o modo como se apropria da concepção de forma literária originalmente cunhada por Antonio Candido: radicalizando-a, dela extrai consequências notáveis e de vastas implicações – inclusive reformulando a noção de realismo cara à tradição estética do marxismo. De sua obra também resulta visão questionadora da tradição da crítica literária, em especial a brasileira, que desemboca na elaboração de vasto programa de renovação dos estudos literários no país. Estudos que, suprindo a insuficiência do pensamento sociológico local, deveriam examinar as relações sociais implícitas em cada obra, coisa até então aqui não levada a cabo. Enfim, com estudos dessa ordem Schwarz pretenderia desvendar aspectos do país até hoje obscuros: esclarecer a posição social da prosa de cada romance para tanto muito contribuiria, por exemplo.

Sua obra também empreende crítica severa do subdesenvolvimento, entendido como produzido pela própria dinâmica do capitalismo – aspecto que o coloca parcialmente em terreno próximo à Teoria da Dependência, que conheceu formidável prestígio nas décadas de 1960 e 70. Ao mesmo tempo, aspirou à transformação do país em nação moderna, com vigência plena de direitos e de cidadania, inserida na ordem capitalista em patamar semelhante ao dos países desenvolvidos – aspiração hoje arruinada, dada sua análise da vigência de nova lógica global unificada promotora da desintegração nas regiões periféricas ou “pós-catastróficas”. A teoria crítica de Roberto Schwarz não arrefeceu: continua a oferecer interpretação radical do presente global.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo (1970): *Ideologia e contra-ideologia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio (1970): “Dialética da malandragem”, *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros* 8, São Paulo: 67-89.
- CANDIDO, Antonio (1975): *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, 5ª edição, Belo Horizonte: Ed Itatiaia, São Paulo, Ed Universidade de São Paulo.
- CANDIDO, Antonio (2023): “De cortiço em cortiço”, *O discurso e a cidade*. São Paulo: Editora Todavia.
- BUARQUE, Francisco (1990): *Estorvo*. São Paulo: Ed Companhia das Letras.

- BIANCHI, Sérgio (2000): *Cronicamente inviável*. (filme).
- FRANCO, Renato & CARVALHO, Debora C. (2021): “Teoria crítica e neoliberalismo no Brasil”, *Constelaciones. Revista de Teoria Crítica*, Vol. 13: 261-285.
- SCHWARZ, Roberto (1977): *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo, Ed Livraria Duas Cidades.
- SCHWARZ, Roberto (1987a): “Complexo, moderno, nacional e negativo”, in *Que horas são?* São Paulo, Companhia das letras.
- SCHWARZ, Roberto (1987b): “Duas notas sobre Machado de Assis”, in: *Que horas são?* São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1987c): “Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1990): *Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Ed Livraria Duas Cidades.
- SCHWARZ, Roberto (1999b): “Um seminário de Marx”, in: *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999d): “Conversa sobre duas meninas”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999e): “Um mestre na periferia do capitalismo”- Entrevista, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999f): “A nota específica”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999g): “Um romance de Chico Buarque”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999h): “Fim de século”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999i): “Nunca fomos tão engajados”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012a): “Sobre Adorno” - Entrevista, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012b): “A viravolta machadiana”, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012c) “Na periferia do capitalismo”, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012e): “Agregados antigos e modernos”, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012d): “Por que ideias fora do lugar?”, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, ed Paz e Terra, 1991.